



Comissão manifesta preocupação com Lei dos Estados Unidos

Os assuntos econômicos internacionais movimentaram os trabalhos na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que mostrou preocupação com os efeitos de uma Emenda Constitucional que está em análise no Congresso dos Estados Unidos. Trata-se da Rivera Amendment, de autoria do deputado David Rivera, membro do Partido Republicano. A emenda prevê a proibição do Departamento de Defesa dos Estados Unidos em contratar serviços e comprar produtos oferecidos por empresas estrangeiras que também tenham relações comerciais com países considerados patrocinadores de terrorismo, como Cuba, Irã, Sudão e Síria.

“Essa medida, caso seja aprovada, segue o caminho inverso da globalização já que vai impedir o crescimento econômico e o fortalecimento das relações comerciais entre os países. Essa é a hora do Parlamento se posicionar sobre um tema tão relevante para a economia brasileira”, argumentou a presidenta da CREDN, Perpétua Almeida (PCdoB/AC). Por isso, a presidência da CREDN decidiu enviar uma carta em nome da Comissão demonstrando preocupação



Perpétua Almeida

com a aprovação pelo Congresso Americano. A Carta já foi enviada ao presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Marco Maia (PT/SP). O objetivo, agora, é enviar ofício aos órgãos competentes nos Estados Unidos.

Trecho da Carta

É conveniente assinalar que Brasil e Estados Unidos mantêm uma antiga, sólida e amistosa relação bilateral, especialmente no campo comercial, que na última década foi incrementado por parcerias estratégicas em diversas áreas... Portanto, medidas tendentes a limitar a atuação de empresas brasileiras em território norte-americano estão na contramão das intenções declaradas de adensamento das relações comerciais entre os dois países. Ressalte-se, ademais, que as empresas brasileiras estabelecidas em território norte-americano geram empregos e renda, além de recolher tributos

ao Estado, logo, são co-participes no processo de fortalecimento da economia estadunidense.

Por fim, lembramos Vossa Excelência de que o assunto aqui exposto foi objeto de deliberação na última reunião do Colégio de Líderes, realizada no dia 21 de agosto (Of. Pres - nº 245/12-CREDN), ocasião em que todos os líderes partidários ali presentes manifestaram concordância quanto a uma atuação institucional desta Casa, em busca de uma solução que resguarde os interesses das empresas brasileiras que atuam naquele país.



CREDN recebe parlamentares da Indonésia

Um grupo de quinze parlamentares indonésios veio ao Brasil para conhecer melhor o sistema político brasileiro e entender a relação dos municípios com outros membros da hierarquia federal: Estados e União. A deputada Jaqueline Roriz (PMN/DF) foi responsável pela recepção dos visitantes asiáticos.



“Os desafios da política externa brasileira num mundo em transição”

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Data: 18 (14h as 19h) e 19 de setembro (09h as 19h) - Auditório Nereu Ramos

Comissão discute concessão de terras para estrangeiros



A CREDN se reuniu com representantes da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para discutir o Projeto de Lei nº 4059/2012, que disciplina a aquisição, o arrendamento e o cadastro de imóvel rural no Brasil por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. A deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC) defende uma legislação que

proteja em primeiro lugar os interesses da soberania nacional. “É claro que tenho que me preocupar com os prejuízos do setor empresarial, com a geração de emprego, mas também estarei atenta à preservação do patrimônio do povo brasileiro”.

A Comissão tem papel importante porque vai ajudar a construir uma nova legislação que regulamentará a ação de empresas brasileiras com capital estrangeiro no país.

Livro Branco é tema de audiência pública na CREDN

Integrantes da CREDN e do Ministério da Defesa discutiram durante audiência pública o “Livro Branco de Defesa Nacional Brasileiro”, uma publicação oficial e informativa que determina as posições do Governo sobre a defesa do país. O livro possibilita o fortalecimento, a definição e o alinhamento das políticas governamentais sobre defesa e cidadania.

A presidenta da CREDN deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ressaltou a importância da publicação e a necessidade do envolvimento de toda população brasileira com o tema. “Quanto mais à sociedade brasileira conhecer e debater as ações de Defesa Nacional, mais transparente e efetivas vão se desenvolver as políticas públicas”.



Presidenta da CREDN emite nota sobre a ameaça britânica à Embaixada do Equador

Venho a público manifestar preocupação e perplexidade ante a ameaça de invasão à Embaixada do Equador em Londres, feita pelo Governo Britânico. Essa ameaça – motivada pela concessão de asilo político ao Senhor Julian Assange, fundador do site Wikileaks – é uma afronta à Convenção de Viena, que no artigo 22 resguarda a inviolabilidade dos prédios onde as Missões Diplomáticas funcionam.

Trata-se, ademais, de um desrespeito às premissas do direito internacional e das reiteradas jurisprudências da Corte Internacional de Justiça, que reconhecem nas Embaixadas uma extensão do território do país acreditante.

No atual estágio de desenvolvimento das relações internacionais no mundo, não se pode conceber uma ameaça dessa natureza, sobretudo partindo de uma nação com sólida tradição democrática e de respeito aos direitos humanos como a britânica.

Espera-se que o desfecho desse caso seja marcado pelo bom senso, pela preservação da histórica relação de amizade entre britânicos e equatorianos e, acima de tudo, pelo respeito às normas que regulam as relações internacionais.

Deputada Federal Perpétua Almeida (PCdoB/AC)

Facilidades aduaneiras entre o Brasil e Peru

A CREDN se reuniu com representantes da Receita Federal, do Ministério das Relações Exteriores e da Embaixada do Peru em Brasília para tratar sobre as medidas de colaboração aduaneira entre Brasil e o país andino. Durante o encontro, foram apresentadas alternativas para minimizar os entraves nas relações comerciais, como a falta de pessoal nos postos de fronteira, a precariedade dos postos alfandegários, a liberação do trânsito de veículos de uso particular e a facilitação do fluxo de turistas entre os dois países.